COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 141, DE 2011

(Apensado: PL nº 966, de 2001)

Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, dispondo sobre a comercialização de energia elétrica.

Autor: Deputado WELITON PRADO

Relator: Deputado MÁRCIO MACEDO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 141, de 2011, do Deputado Weliton Prado, ao acrescentar parágrafo ao art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, determina que as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica deverão informar ao consumidor as datas e horários das interrupções no fornecimento de energia.

Posteriormente, o Autor ofereceu emenda à justificção do projeto, fazendo menção ao ex-Deputado Jairo Paes de Lira, autor original da proposta oferecida em 2009.

À proposição foi apensado Projeto de Lei nº 966 de 2011, do Deputado Romero Rodrigues, que trata da divulgação das interrupções nos serviços prestados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, de distribuição e de comercialização de energia elétrica.

A matéria, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Defesa do Consumidor – CDC, obtendo parecer favorável, na forma do Substitutivo do Relator. A seguir, foi distribuída à Comissão de Minas e Energia - CME, que também aprovou as proposições na forma de outro Substitutivo, que altera em alguns pontos a proposição acessória oferecida pela CDC.

As proposições chegam a esta Comissão, a quem incumbe proceder à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos apresentados, bem como dos dois substitutivos

oferecidos pelas Comissões de mérito, nos termos do art. 54, I, do Regimento Interno. Cumpre ressaltar que não nos cabe apreciar a emenda oferecida pelo autor, de vez que a alteração não incide no corpo normativo do projeto, constituindo tão somente um adendo na justificação.

Conforme atesta a Secretaria desta Comissão, no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ao analisar as proposições, constato que foram observados os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar.

De igual maneira, foram respeitadas as demais regras e princípios constitucionais de cunho material.

Quanto à juridicidade, não há reparos a serem feitos às proposições, encontrando-se todas em condição de ingressar em nosso ordenamento jurídico.

No que tange à técnica legislativa, também não vejo qualquer vício a ser apontado, de vez que as proposições estão em conformidade com a Lei Complementar n.º 95, de 1998, e alterações posteriores.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei nº 141, de 2011, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 966, de 2011, bem como do Substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Substitutivo oferecido pela Comissão de Minas e Energia.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado MÁRCIO MACEDO
Relator